

Seminário "Governança local nos territórios rurais"

Intervenção no dia 12 de Setembro 2007 no Parlamento Europeu

José Manuel Sousa Uva, Director E.I Programas de desenvolvimento rural, Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Senhor Vice-Presidente do Parlamento Europeu
Senhor Secretário de Estado
Senhores Deputados
Senhoras e Senhores,

É com grande prazer que estou hoje a participar neste seminário sobre a governança nos territórios rurais.

Com o instrumento Leader, a Europa soube dar a palavra aos cidadãos ao nível local, concedendo-lhes um poder de decisão sobre o futuro do seu território rural. Onde se situa esta governança local no âmbito da política de desenvolvimento rural e da governança europeia ?

Esta abordagem do desenvolvimento rural está em conformidade com o livro branco sobre a governança europeia adoptado pela Comissão Europeia em 2001, e no qual a "governança europeia" faz referência às regras, processos e comportamentos que afectam a

forma como as competências são exercidas ao nível europeu e, em particular, em matéria de transparência, de participação, de responsabilidade, de eficácia e coerência. Estes cinco critérios de boa governação reforçam os princípios de subsidiariedade e de proporcionalidade.

No âmbito do novo quadro de desenvolvimento rural para o período 2007-2013, de acordo com o princípio de participação ou parceria, os Estados-Membros estão obrigados a implicar os parceiros institucionais, económicos e sociais, bem como as organizações não governamentais, em todas as fases da programação: elaboração, acompanhamento e execução.

O eixo Leader desempenhará também um papel importante na prioridade horizontal de melhoria da governação e, em particular, da governação local.

Neste eixo, cabe aos Grupos de Acção Local (GAL) identificarem, e executarem, a estratégia que melhor dê resposta às necessidades locais.

Os princípios operacionais do método Leader são, com efeito, princípios de governação que não impõem um quadro rígido de execução, mas pelo contrário deixam aos executantes a liberdade de definirem o caminho mais apropriado para atingirem os objectivos pretendidos. Estes princípios respeitam

inteiramente o conceito europeu de governação e podem ser avaliados através da análise das alterações dos comportamentos dos actores envolvidos :

- os beneficiários dos projectos
- a parceria territorial (o GAL et as suas estruturas, como sejam as redes de actores locais)
- a administração nacional et regional e as estruturas intermédias, como sejam as redes nacionais.

A estrutura de um GAL reveste uma importância capital; com efeito, os seus parceiros sócio-económicos devem formar uma representação justa e equilibrada do território uma vez que são levados a contribuir para a elaboração e aplicação da estratégia local.

A governação local deverá estar presente igualmente ao nível dos projectos, os quais deverão formar laços fortes para assegurar uma interacção entre os diversos participantes.

A governação local no novo período de programação está ao serviço de três eixos temáticos (competitividade da agricultura e do sector florestal, ambiente e espaço rural, diversificação e qualidade

de vida), com um peso de pelo menos 5% da contribuição do FEADER nos antigos Estados-Membros e 2, 5% nos novos Estados-Membros. Na Bulgária e Roménia igualmente 2,5% mas para o período 2010-2013.

As estratégias e programas recebidos pela Comissão, em fase de análise, mostram que pelo menos 22 Estados-Membros ultrapassam aqueles mínimos. É o caso de Portugal com 10%, em segundo lugar depois de Espanha (12,4%).

Globalmente, para o conjunto dos Estados-Membros, pensa-se que 6% do montante total FEADER será aplicado através do eixo Leader.

Em alguns programas, verifica-se um crescimento no âmbito de aplicação da governação local que será aplicada a medidas agrícolas e florestais dos eixos 1 e 2. Poucos programas como os de Portugal se limitam ao eixo 3.

O eixo Leader é uma confirmação do método consolidado e testado no decurso dos três últimos períodos de programação desta iniciativa comunitária. Este método engloba os seguintes elementos-chave:

- **O território.** Temos actualmente numa parte significativa da Europa rural territórios activos dotados de capacidade de iniciativa, territórios que são autores e animadores do seu desenvolvimento e não simples receptores de políticas lançadas a um nível superior, seja ele europeu, nacional ou regional. Trata-se de uma auto-representação do desenvolvimento local.

- **A parceria** entre actores públicos e privados, estes últimos representando pelo menos 50% dos participantes ao nível da tomada de decisão. Estes territórios são territórios estruturados por uma estratégia comum que forma parcerias estáveis e estruturadas também pela colocação em rede dos actores locais; esta rede local tem por objectivo criar um espaço de trabalho e de comunicação em torno de uma estratégia local comum de forma a criar uma coligação de actores locais públicos e privados. Estamos pois bem longe de uma simples agregação de actores locais.

A flexibilidade do conceito de parceria e a sua adaptabilidade ao contexto local permitem também a cada GAL definir processos e modos de trabalho próprios em matéria de governação local e de mobilização dos actores locais.

A eventual cooperação entre grupos de acção local comporta um elemento inovador em matéria de governação local. No período 2007-2013 é possível integrar a cooperação na estratégia local; neste caso, cabe ao GAL seleccionar o projecto de cooperação como qualquer outro projecto de acordo com uma abordagem *bottom-up*.

Os GAL, detentores de uma visão para o desenvolvimento do seu território, devem ter igualmente uma capacidade de abertura e de diálogo com outros GAL que lhes permitem participar na colocação em rede a nível regional, nacional e europeu e desenvolver projectos de cooperação o mais abertos possível.

Estes três elementos que acabo de referir dão corpo a uma **estratégia local visando a concretização de um projecto colectivo, emanção de uma governação local** : estratégia local realista que reflecta as necessidades concretas identificadas para a zona rural em questão.

A importância desta estratégia leva o FEADER a financiar as despesas relativas à sua preparação e à constituição de parcerias anteriores à fase de selecção dos GAL. Evidentemente que este apoio prévio fica

condicionado ao reconhecimento pela autoridade pública do valor dessa parceria.

Os quatro elementos (estratégia/território/parceria/cooperação), que venho de destacar, deverão guiar a abordagem Leader se se pretende progredir numa governação local que defenda os interesses das comunidades rurais e responda aos desafios que estas enfrentam.

A abordagem Leader, já presente em grande parte das zonas rurais, ainda continua a faltar noutras territórios. Nestes, o processo apenas agora começou e é necessário definir, não apenas o território, mas também a identidade local portadora de desenvolvimento, para lançar uma iniciativa colectiva.

O Leader é o instrumento da governação local no seio da política de desenvolvimento rural que permite otimizar todos os recursos endógenos dos territórios rurais numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. O binómio **estratégia/território** constitui a trave mestra do sucesso da abordagem Leader aplicada pelo GAL.

Teremos ocasião na Conferência final Leader+ que se realizará a 22 e 23 de Novembro em Évora de fazer

um balanço da eficácia da abordagem Leader permitindo identificar o papel determinante deste instrumento ao serviço da governação local.

Senhoras e Senhores, espero que estas considerações tenham contribuído para evidenciar a potencialidade deste método ao serviço de uma política de desenvolvimento rural sustentável respondendo aos desafios de natureza económica, ambiental e social com que se confrontam as zonas rurais da União Europeia.

Muito obrigado pela Vossa atenção!